



8 • Correio Braziliense — Brasília, sábado, 6 de julho de 2024

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,08% São Paulo	124.718 2/7 3/7 4/7 5/7	R\$ 5,462 (-0,44%)	R\$ 1.412	R\$ 5,922	10,40%	10,41%	Janeiro/2024 0,42 Fevereiro/2024 0,83 Março/2024 0,16 Abril/2024 0,38 Maio/2024 0,46

PREVIDÊNCIA

Pente-fino em 800 mil benefícios do INSS

A revisão começa em agosto e deve apurar irregularidades em benefícios temporários, como o auxílio-doença, disse Lupi

» HENRIQUE LESSA

O governo vai realizar um "pente-fino" em mais de 800 mil benefícios temporários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em agosto. Segundo o ministro da Previdência, Carlos Lupi, a auditoria deveria acontecer a cada dois anos, como manda a lei, mas não ocorre desde 2019.

"Todo mundo que tem mais de dois anos de benefício temporário tem a necessidade de fazer um novo exame para saber se ele continua tendo direito. Isso já está sendo organizado e vai atingir em torno de 800 mil pessoas, um pouquinho mais, um pouquinho menos, que poderão ter que fazer uma nova perícia para confirmar o nosso benefício", disse Lupi, ontem, na sede do INSS, em cerimônia para marcar os 34 anos da fundação do órgão.

O ministro alertou, porém, que não é necessário correr para as agências do órgão, já que a primeira validação será com o cruzamento de dados de cadastros do governo. O sistema vai verificar, por exemplo, se o beneficiário de um auxílio-doença voltou a constar na base de dados de empregados, ou seja, teve a carteira assinada, mas continuou a receber o auxílio.

"Não é bem revisão de benefícios: é uma checagem de possíveis irregularidades, porque só pode rever aquilo que você tem certeza. Então, a gente tem que primeiro checar, ver onde estão essas irregularidades, como foram cometidas", disse.

O número total de benefícios temporários em vigor soma 1,36 milhão. Além do auxílio-doença, passará pelo pente-fino

a aposentadoria por invalidez, que pode ter a concessão revista em caso de recuperação do trabalhador. Não entrará na auditoria, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que é pago para pessoas de baixa renda idosas ou com deficiências.

Segundo Lupi, os segurados que apresentarem qualquer inconsistência no cadastro serão gradativamente chamados, para, então, realizar uma nova perícia médica ou apresentar qualquer documentação necessária. "Estamos começando um sistema de triagem, de apuração, de possíveis irregularidades para corrigir rumos", explicou Lupi que garantiu que nenhum beneficiário com direito deixará de receber. "Aqui não é tribunal de inquisição, não estamos aqui para tirar o direito de ninguém. Mas direito é para quem tem direito", disse o ministro.

Lupi ainda comentou que o INSS soma mais de 40 milhões de beneficiários e a auditoria vai atingir uma parcela muito pequena desse total.

A medida é apontada como parte do esforço do governo Lula em reduzir desembolsos irregulares que vêm impactando o equilíbrio fiscal.

Mais servidores

Durante o evento, o ministro disse que vai ampliar o número de servidores atuando nas agências do INSS de todo o país. Segundo ele, essa ampliação de pessoal não irá representar pressão fiscal com a folha de mais trabalhadores para além dos 500 que foram aprovados em

Divulgação Ministério da Previdência - Liliane Soares



Durante cerimônia de 34 anos do INSS, Lupi explicou que o pente-fino em 800 mil benefícios temporários será feito por cruzamento de dados

concurso e que já estão previstos para serem chamados esse ano. Lupi informou ainda servidores que estão em trabalho remoto, voltarão a atuar nas agências em que são originalmente lotados.

"Estamos chamando mais 500 do último concurso, ainda este ano. Mas para você ter uma ideia, cerca de 50% dos servidores, hoje, estão trabalhando em casa, num sistema que tem ajudado muito. Eles estão produzindo muito para termos esse resultado (diminuição da fila). Mas,

agora, a gente está começando a colocar esses agentes de volta, aos poucos, nas agências, por isso, vamos conseguir ter mais gente", disse Lupi ao **Correio**.

O presidente do INSS, Alessandro Stefanutto, por sua vez, disse não acreditar na possibilidade de greve dos servidores do órgão. Segundo ele, os funcionários tiveram uma importância grande na redução da fila de espera de análise de benefícios, mas é preciso respeitar o arcabouço fiscal.

"Os servidores do INSS realmente entregaram, mas é claro que existe uma questão fiscal importante. O país tem um arcabouço fiscal que tem que ser respeitado", comentou. "Mas os funcionários não querem fazer greve, porque eles sabem que é ruim para a população, porque eles atendem diariamente", completou.

Demissão

O INSS também passou por mudanças na sua diretoria,

ontem. O diretor de Benefícios do INSS, André Fidelis, teve a exoneração publicada no Diário Oficial após a repercussão das investigações em torno dos descontos que aconteciam na folha de segurados que nunca autorizaram.

Responsável por acordos de cooperação que autorizavam entidades privadas a realizar descontos na folha, Fidelis é apontado como o responsável por ao menos sete contratos questionados por cobranças indevidas.

CB.AGRO

Para CNA, Plano Safra ficou aquém do esperado

» HENRIQUE FREGONASSE*

O diretor-técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Bruno Lucchi, avalia que o volume de recursos anunciado pelo governo para o Plano Safra 2024/2025, de R\$ 475 bilhões, ficou aquém do necessário. Em entrevista ao **Ao CB.Agro** — parceria entre **Correio** e TV Brasília — de ontem, ele comentou que, para contemplar as demandas do setor, seriam necessários R\$ 570 bilhões, conforme havia sugerido a CNA ao governo.

Na entrevista aos jornalistas Roberto Fonseca e Mila Ferreira, ele comentou que o Plano Safra é a principal linha de acesso a crédito para pequenos e médios produtores agrícolas no Brasil, sendo importante, principalmente, para priorizar linhas de investimentos às quais o produtor não tem acesso no mercado privado. Ele citou a recuperação de pastagens, as práticas sustentáveis de produção e a construção de armazéns.

"Houve apenas 9% de aumento (em relação à safra passada). Desses 9%, a parcela que interessa, que é de recursos equalizados — ou seja, o recurso que vai ter essa taxa de juros menor —, ficou mais baixa este ano. Então, basicamente essa é a nossa crítica: o que vai crescer são os recursos livres, onde a taxa de juros é a de mercado, basicamente", lamentou.

Bruno Lucchi também se queixou dos recursos do Plano Safra destinados ao Seguro Rural. Para o diretor-técnico da CNA, é importante que o governo subsidie parte significativa da premiação desse seguro para estimular a consolidação de uma cultura de contratação do benefício no país, assim como a expansão do acesso a ele. "Nossa maior crítica é com relação ao Seguro Rural. No ano passado, nós tínhamos em torno de R\$ 900 milhões para a subvenção do prêmio do seguro, e a demanda que nós tínhamos para esse ano era chegar a R\$ 3 bilhões e, para o ano

Mariana Lins



Lucchi, diretor-técnico da CNA, está preocupado com o Seguro Rural

que vem, R\$ 4 bilhões. O que foi anunciado nessa semana foi um aumento de R\$ 210 milhões, principalmente para o Rio Grande do Sul, em função dos problemas que a região teve com as enchentes", contou.

Na visão do diretor técnico da CNA, a união entre a maior prevalência de fenômenos climáticos extremos que vêm ocorrendo e uma dificuldade do acesso dos

produtores agrícolas ao crédito e ao seguro rural — devido aos aumentos insuficientes desses recursos no Plano Safra — podem resultar em uma diminuição da produção em relação à última safra. Junto a isso, Lucchi defendeu que um aumento da produção é algo que beneficia o país de forma geral.

"Ao invés de termos uma 'supersafra', que ajuda a reduzir a inflação no país e a melhorar



Ao invés de termos uma 'supersafra', que ajuda a reduzir a inflação no país, a gente pode ter uma produção mais enxuta, talvez até abaixo do que a gente está produzindo nessa safra"

Bruno Lucchi, diretor técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA)

o preço da cesta básica e gerar excedentes para exportação, a gente pode ter uma produção mais enxuta, talvez até abaixo do que a gente está produzindo nessa safra, que teve problema de clima. Então, essa é a preocupação, você não dá o estímulo necessário para o produtor seguir expandindo a produção, o que, teoricamente, é benefício para todo o país", explicou.

Cesta básica

Lucchi comentou, também, a exclusão das carnes da cesta básica, no texto da Reforma Tributária, apresentado nesta semana. Ele afirmou que a entrada desse alimento na cesta, assim como de alguns tipos de queijos, era uma importante demanda do setor agropecuário. O diretor-técnico alegou que a decisão impacta diretamente o consumidor e que o setor continuará buscando discutir o assunto junto ao parlamento.

"A carne e os tipos básicos de queijo de fora da cesta básica causam um impacto muito maior para os consumidores. Lógico, impacta o produtor, que pode ter redução de consumo? Pode, mas na nossa visão, é uma questão de segurança alimentar. E, a população, principalmente a de menor renda, vai pagar mais caro na carne, porque ela vai ter que pagar com uma alíquota diferenciada. Nossa discussão é realmente para detalhar mais isso, porque é um produto essencial que não poderia ficar de fora da cesta básica", defendeu.

*Estagiário sob supervisão de Edla Lula